

## **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR**

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 265, DE 2001**

Cria a Região Administrativa Integrada e o Programa Especial de Desenvolvimento de Mata Alagoana e Pernambucana e dá outras providências.

**Autor:** Deputados Eduardo Campos e  
Givaldo Carimbão

**Relator:** Deputado Dr. Evilásio

## **I – RELATÓRIO**

De autoria dos Nobres Deputados Eduardo Campos e Givaldo Carimbão, o Projeto de Decreto Legislativo em exame propõe a criação da Região Administrativa Integrada e o Programa Especial de Desenvolvimento – RAIDE - das Matas Alagoana e Pernambucana, com o objetivo de articular e harmonizar as atividades e ações administrativas da União e dessas duas unidades da Federação, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal.

As atividades a serem desenvolvidas na Região Administrativa em apreço deverão ser coordenadas por um Conselho Administrativo, cujas atribuições e composição serão definidas em regulamento próprio, elaborado em conjunto por representantes dos Estados de Pernambuco e Alagoas e dos Municípios que farão parte da RAIDE.

No artigo 3º da proposição em análise, são definidos e listados, como sendo de interesse comum da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Mata Alagoana e Pernambucana, além dos serviços públicos relativos aos dois Estados e aos Municípios que a integram, programas e projetos relacionados às áreas de manejo e fortalecimento do meio ambiente, turismo, sistema de transporte, infra-estrutura e geração de emprego e renda.

Já o art. 4º autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da RAIDE, estabelecendo, mediante convênio, normas, critérios e procedimentos relativos a ações conjuntas implementadoras de serviços regionais, como: tarifas, fretes, seguros, linhas de crédito especiais para atividades prioritárias, subsídios, remissões, isenções, incentivos fiscais ou diferimento temporário de tributos federais, entre outros.

Quanto aos recursos para financiamento dos programas e projetos considerados prioritários para a Região, estes serão de natureza orçamentária, oriundos da União, dos Estados de Alagoas e de Pernambuco e dos Municípios que fazem parte da RAIDE, e serão também correntes ou de capital de natureza voluntária, assim como oriundos de operações de crédito, internas e externas.

Em sua justificação, lembram os Autores a necessidade de se definir, no plano legislativo, formas de indução ao fortalecimento estrutural das municipalidades que integram um mesmo complexo geo-econômico e social, nos termos estabelecidos pela Carta Magna.

No caso da RAIDE da Mata Alagoana, argumentam os Proponentes, esta engloba os litorais norte de Alagoas e sul de Pernambuco e as Zonas da Mata dos dois Estados, que atualmente passam por um processo de mudança acelerada, em consequência da ampliação das atividades turísticas na região. Apesar, porém, do relativo dinamismo que se verifica localmente, vários problemas relacionados a esse fenômeno não têm recebido, segundo os Autores, o incentivo oficial compatível com as necessidades mais urgentes.

A região também se destaca pela produção de açúcar e algodão, o que faz com que, associado à base agrícola local, o crescimento do turismo, ali, apareça como uma nova vocação que deve ser incentivada e

apoiada, sob a forma do agroturismo e do turismo cultural, como forma de levar prosperidade, desenvolvimento e bem-estar à população.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição em exame.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Em cumprimento ao que estabelecem os artigos 43 e 48 da Constituição Federal, várias propostas de criação de Regiões Administrativas Integradas de Desenvolvimento tramitam atualmente no Congresso Nacional. Algumas destas, já aprovadas e sancionadas, vêm sendo postas em prática com sucesso, numa demonstração de sua importância para a promoção do desenvolvimento de Municípios que formam um mesmo complexo geoeconômico e social.

Ao trilhar caminho idêntico às iniciativas do gênero, a proposição em apreço constitui a forma mais adequada de se atender ao que estabelece o art. 48 da Constituição Federal que, ao enumerar especificamente as matérias de competência da União sobre as quais compete ao Congresso Nacional dispor, deu destaque, no inciso IV, aos “planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento”. E não poderia ser de outra forma, uma vez que são os Parlamentares aqueles que, pela vivência permanente da realidade das regiões onde vivem, apresentam as melhores condições de retratar e traduzir os anseios da população que representam.

Muito se comenta a respeito da necessidade de o planejamento governamental ser feito de “baixo para cima”, e não de “cima para baixo”. Com isso, está-se querendo dizer que o planejamento não pode ser o resultado apenas da estrita visão de mundo de um grupo reduzido de burocratas e tecnocratas que, pelo próprio distanciamento do meio que pretendem modificar, detêm, muitas vezes, um conhecimento estreito e limitado dos problemas e anseios da comunidade a ser atendida.

O que se objetiva alcançar com a proposta de criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Mata Alagoana e Pernambucana é, portanto, exatamente o oposto daquilo que resulta, muitas vezes, de uma visão de mundo tecnocrática tradicional, ou seja: pretende-se apresentar, com base em conhecimentos concretos a respeito das necessidades e anseios da comunidade onde se pretende atuar, as soluções mais adequadas para situações concretas, relativas a uma realidade social e econômica específica, que passa por um rápido processo de mudança, decorrente do crescimento acelerado do turismo e das atividades agrícolas.

Somos, portanto, **pela aprovação** do Projeto de Lei complementar em exame, tendo em vista seu inquestionável mérito.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2002.

Deputado Dr. Evilásio  
Relator